

Nomes eventivos usados na farmacologia portuguesa do século XVIII

Rui Pereira*

Resumo: O objeto de estudo deste artigo são os nomes eventivos definidos na *Pharmacopeia geral para o reino e domínios de Portugal*, publicada em Lisboa em 1794, a qual representa uma súpula do labor terminológico empreendido em Portugal no domínio farmacológico ao longo do século XVIII. Após uma breve referência ao contexto em que é publicada esta obra, analisa-se a estrutura morfolexical dos termos usados, bem como o semantismo dos nomes em causa, as relações semânticas que entre si estabelecem e a polissemia que, por vezes, lhes está associada.

Palavras-chave: afixo, farmácia, nomes eventivos, polissemia, terminologia.

Event nouns in 18th-century Portuguese pharmacology

Abstract: This article focuses on the event nouns found in the *Pharmacopeia geral para o reino e domínios de Portugal*, published in Lisbon in 1794, which is the product of the terminological work carried out in the field of pharmacology in Portugal throughout the 18th century. Following a brief summary of the context in which the volume was published, the morpholexical structures of the terms used are analysed, as well as the semantics of the nouns in question, the semantic relations between them and the polysemy sometimes associated with them.

Key words: affix, event nouns, pharmacy, polysemy, terminology.

Panace@ 2020; XXI (52): 98-106

Recibido: 15.IX.2020. Aceptado: 5.XI.2020.

1. Introdução

A literatura em português relativa ao domínio da farmacologia é praticamente inexistente até aos alvares do século XVIII¹. Antes de 1700 apenas foram publicadas duas farmacopeias, designadamente a *Pharmacopeia* (1636), de Francisco Sanches, e a *Pharmacopoea elegantissima* (1649), de Zacuto Lusitano. Até essa altura, os boticários portugueses preparavam os me-

dicamentos seguindo as indicações de algumas farmacopeias estrangeiras ou de dispensatórios e de antidotários, geralmente escritos em latim (Conceição *et al.*, 2014).

O termo *farmacopeia* tem sido usado desde essa época para designar um livro que define e estabelece as normas e requisitos técnicos a que devem obedecer as matérias-primas, substâncias de uso farmacêutico, métodos analíticos e fármacos num espaço político-geográfico determinado. A publicação deste tipo de obras visa auxiliar a atividade de boticários e médicos, de modo a evitar enganos e confusões na produção e prescrição de medicamentos, promovendo, assim, a saúde pública.

Seguindo o impulso científico sentido na Europa, durante o século XVIII foram publicadas em Portugal inúmeras farmacopeias autorizadas pela Autoridade Eclesiástica, pelo Tribunal do Santo Ofício, pelo Ordinário, por Licença Régia e, mais tarde, pela Real Mesa Censória ou Mesa do Desembargo do Paço. Conceição *et al.* (2014: 46-47) dão notícia das seguintes: a *Pharmacopea lusitana* (1704), a *Pharmacopea bateana* (1713), a *Pharmacopea ulyssiponense* (1716), a *Pharmacopea tubalense chimico-galenica* (1735), a *Pharmacopoea contracta* (1749), a *Pharmacopea portuense* (1766), a *Pharmacopea meadiana* (1768), a *Pharmacopea dogmatica* (1772), a *Pharmacopea lisboense* (1785) e a tradução portuguesa da *Pharmacopoea collegii regalis medicorum londinensis* (1791). Estas farmacopeias pretendiam divulgar pelas comunidades médica e farmacêutica os mais atualizados conceitos relativos aos medicamentos e à produção medicamentosa. Todavia, segundo Pita (1999), essa divulgação era feita de acordo com um critério pessoal, o do autor, e não em função de uma tendência normalizadora por parte do Estado, como é inerente a uma farmacopeia oficial.

2. A *Pharmacopeia geral para o reino, e domínios de Portugal, de 1794*

A maioria das farmacopeias publicadas ao longo do século XVIII não tinha cariz oficial. Eram obras redigidas por indivíduos que entendiam que os seus conhecimentos e as suas compilações científicas eram úteis. Estas eram posteriormente adotadas ou não pelos médicos e boticários do reino. Perante esta situação, na literatura farmacêutica portuguesa de Setecentos foram-se consolidando duas ideias importantes: em primeiro lugar, a necessidade da existência de uma farmacopeia oficial; em segundo lugar, a ideia de que a publicação de uma farmacopeia era um assunto de interesse sanitário público. Atente-se, por exemplo, nas palavras de Henriques de Paiva (1752-1829), que se insurgia contra o facto de treze anos após a

* Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra (Portugal). Dirección para correspondencia: rui.pereira@uc.pt.

publicação dos *Estatutos da Universidade de Coimbra*, que estipulavam a elaboração de uma farmacopeia oficial para todo o reino, esta ainda não ter sido publicada, com consequências funestas para a saúde no reino de Portugal, o qual nesta época ainda incluía, por exemplo, o vasto território do Brasil:

«coopere para se atalharem ou diminuirem os funestos efeitos, que se originam dos abusos a que anda sujeita a farmácia praticada por imperitos, ou por pessoas que se regulam pelas farmacopeias reprovadas pela mente dos Estatutos já citados, concorrendo pouco para os fazer mais gerais, o desconhecimento das línguas latina, francesa, e outras vivas, em que se acham escritas algumas obras deste género; as quais, posto que não satisfaçam inteiramente ao que requerem as desta natureza, são contudo muito menos defeituosas, que as consultadas nestes reinos pelos nossos boticários, e até pelos médicos menos hábeis» (Paiva, 1785: Prefação).

O autor salienta a emergência de se elaborar uma obra que funcionasse como instância normalizadora da atividade médico-farmacêutica, acrescentando que uma obra daquele género, para poder ser apreendida na sua totalidade por todos os boticários e médicos, devia ser escrita numa língua que todos dominassem, a língua portuguesa.

Só em 1794 surge a primeira farmacopeia oficial, a *Pharmacopeia geral para o reino e domínios de Portugal*, redigida por Francisco Tavares², médico e lente da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Cumpria-se assim o que havia sido determinado nos *Estatutos da Universidade de Coimbra* de 1772.

«Também pertencerá à sobredita Congregação [da Faculdade de Medicina] a composição da Farmacopeia Geral do Reino; e as adições, e reformações futuras. E, conforme a dita farmacopeia, serão instruídos, examinados, governados, e visitados, por quem Eu for servido ordenar, todos os boticários de qualquer estado, e condição que sejam. Ficando proibidas, depois da publicação dela, todas e quaisquer outras Farmacopeias compostas por Colégios, Faculdades, ou professores de medicina, e farmácia; ou sejam nacionais, ou sejam estrangeiros, para que nenhuma delas possa mais servir de regimento aos boticários; sendo todos obrigados a praticar segundo o método estabelecido na Farmacopeia do reino ordenada pela Congregação da Faculdade» (*Estatutos da Universidade de Coimbra*, 1772: 133).

Editada em Lisboa e aprovada por decreto de D. Maria I de 7 de janeiro de 1794, esta obra corresponderá, segundo Conceição *et al.* (2014: 47), a uma tradução e adaptação de dois livros que Francisco Tavares havia escrito em latim: o *De pharmacologia libellus* (1786) e o *Medicamentorum sylloge* (1787).

A primeira farmacopeia oficial portuguesa é publicada precisamente no ano da morte de Lavoisier, 1794, tendo sido também nesse memorável ano que saiu a público a primeira edição da *Pharmacopea hispana*, a primeira obra a adotar a moderna nomenclatura química (Pita, 1999). Este é um dos períodos mais férteis da história da Química —o período da revolução lavoisieriana—, com inovações ao nível da nomenclatura, da noção de elemento químico, bem como da natureza dos elementos. Estes novos conhecimentos científicos foram relevantes para diversos domínios médico-farmacêuticos, como, por exemplo, os relacionados com a natureza das matérias-primas e as técnicas laboratoriais utilizadas na preparação dos medicamentos. Consequentemente, no virar do século XVIII para o século XIX, as farmacopeias começariam a introduzir, com maior ou menor rapidez e extensão, os resultados práticos das novas vertentes da química. Ora, isso não se verificou na *Pharmacopeia geral* de 1794, que utiliza uma linguagem pré-lavoisieriana, e por isso desde cedo começaram a surgir vozes no sentido da sua revisão, mas o certo é que a obra se manteve nos mesmos moldes durante quarenta anos, até à publicação do *Código pharmaceutico lusitano* (1835), da autoria de Agostinho Albano da Silveira Pinto.

Enquanto livro oficial, a *Pharmacopeia geral* de 1794 foi a única a ser publicada no século XVIII, tendo tido uma segunda edição em 1824. Após esta data, foram publicadas várias outras farmacopeias oficiais: *Código pharmaceutico lusitano* (1835)³, *Pharmacopea portugueza* (1876), *Farmacopeia portugueza IV* (1935), *Farmacopeia portugueza V* (1986), *Farmacopeia portugueza VI* (1997), *Farmacopeia portugueza VII* (2002), *Farmacopeia portugueza VIII* (2005), *Farmacopeia portugueza 9* (2008).

A primeira farmacopeia oficial portuguesa é publicada em um dos períodos mais férteis da história da Química: o período da revolução lavoisieriana

Enquanto livro oficial, a *Pharmacopeia geral* de 1794 foi a única a ser publicada no século XVIII, tendo tido uma segunda edição em 1824. Após esta data, foram publicadas várias outras farmacopeias oficiais: *Código pharmaceutico lusitano* (1835)³, *Pharmacopea portugueza* (1876), *Farmacopeia portugueza IV* (1935), *Farmacopeia portugueza V* (1986), *Farmacopeia portugueza VI* (1997), *Farmacopeia portugueza VII* (2002), *Farmacopeia portugueza VIII* (2005), *Farmacopeia portugueza 9* (2008).

2.1. A dupla face da *Pharmacopeia geral*: saúde pública e ensino

No alvará de 7 de janeiro de 1794, que autoriza a publicação, e que está inscrito nas páginas iniciais da *Pharmacopeia geral*, é clara a posição normativizadora que o legislador confere a esta obra. Ao declarar a obrigatoriedade da *Pharmacopeia geral* para o exercício da profissão farmacêutica, o legislador pretende organizar o setor da saúde pública relacionado com a atividade das boticas e uniformizar a produção medicamentosa. Este é, na verdade, o aspeto mais inovador da farmacopeia de 1794, tanto do ponto de vista médico-farmacêutico, como do ponto de vista político.

A obra serve um intuito utilitário muito preciso: «regular a necessaria uniformidade das ditas preparações, e composições [farmacêuticas]» (tomo 1: autorização régia) e garantir a saúde pública. Esta indicação da rainha D. Maria I resulta da constatação de que existia no reino alguma «desordem» no que ao funcionamento das boticas dizia respeito.

«sendo-me presente a desordem, com que nas boticas de meus reinos, e domínios se fazem as preparações, e com-

posições, por falta de uma farmacopeia, que sirva para regular a necessária uniformidade, das ditas preparações, e composições; sendo certo, que sem que haja esta uniformidade, é impossível que a medicina se pratique sem riscos de vida, e saúde de meus fiéis vassallos, deixando-se à vontade, e capricho de cada um dos boticários adoptar diferentes métodos de compor, e preparar os remédios de toda, e qualquer farmacopeia, ou ela seja de Universidades, Colégios Médicos, ou de pessoas particulares» (tomo I: autorização régia).

Após a publicação desta obra, ficam os boticários de todo o reino obrigados a seguir as indicações e prescrições nela inscritas, impedindo que, ao prepararem os medicamentos segundo indicações de outras farmacopeias, ponham em causa a uniformidade de procedimentos reclamada. O alvará de 7 de janeiro de 1794 acentua de modo inequívoco o carácter legal e prescritivo atribuído à *Pharmacopeia geral* ao proibir a preparação de medicamentos por outras farmacopeias. E não era só aos boticários que estava legalmente vedado o acesso a outras farmacopeias; também os médicos eram obrigados a prescrever todas as preparações e composições somente nos termos determinados pela *Pharmacopeia geral*. Todos os boticários ficavam ainda obrigados a ter um exemplar deste livro, devidamente assinado, para garantir a validade e a não adulteração do texto e das indicações nele impressas.

Para além daquele objetivo geral, a publicação da *Pharmacopeia geral* tem uma outra finalidade: ser usada na instrução dos aprendentes da «Arte Pharmaceutica», não podendo estes exercer a atividade sem conhecer o método de preparar e compor os medicamentos, assim como dos «simples» (plantas, drogas e outros elementos que entram na composição dos medicamentos) que nela se descrevem. De facto, um dos objetivos imediatos da edição da farmacopeia de 1794 é o da uniformização do ensino da Farmácia em Portugal. A farmacopeia oficial pretendia servir não só de livro base para o bom ensino dos estudantes do curso universitário, mas também para a aprendizagem feita em boticas particulares.

2.2. Organização da obra

A *Pharmacopeia geral*, impressa em 1794 na Regia Officina Typografica, está dividida em dois tomos escritos em português. Inicia-se o tomo I com uma secção introdutória («Conhecimentos preliminares»), onde o autor, para além da definição do que entende por «Pharmacia» ou «Arte Pharmaceutica», elenca os utensílios, os pesos e as medidas utilizados na preparação dos medicamentos, acrescentando ainda uma lista das abreviaturas mais usuais ao longo da obra, que inclui as utilizadas na representação das unidades de medida, mas também as que designam procedimentos ou operações muito frequentes, como «M. – Misture», «F. – Faça-se», «B.M. – Banho Maria», etc.

Após estas noções preliminares, o autor entra na primeira parte da obra, a mais curta, reservada à «Eleição, colheita, reposição, e duração dos simples». Como o título indica, refere-se todo o tipo de trabalhos e cuidados a ter com as maté-

rias-primas necessárias à produção medicamentosa, dando-se destaque às matérias-primas de origem vegetal que, segundo o autor, «fornecem a maior parte da materia Pharmaceutica» (tomo I: 12).

A segunda parte é dedicada às «Preparações Pharmaceuticas», apresentando e descrevendo não só as operações farmacêuticas utilizadas na dinâmica laboratorial, mas também as preparações delas resultantes, as quais podem ser utilizadas por si só ou entrar na composição dos medicamentos compostos.

Na terceira parte, subordinada ao título «Da Mistura, ou composição dos medicamentos», referem-se as operações necessárias à preparação dos medicamentos compostos, isto é, daqueles que resultam da «união de diversos medicamentos simples [...] ou da combinação de medicamentos já compostos» (tomo I: 144).

A terminar o primeiro volume, o autor inscreve três tabelas com utilidade prática na técnica laboratorial: a primeira intitula-se «Da diversa quantidade dos vários sais de uso medicinal, que se dissolve numa dada quantidade de água, sendo o calor da atmosfera de 50 graus do Termómetro de Fahrenheit, conforme as observações de SPIELMANN»; a segunda tabela trata «Das afinidades das diferentes substâncias, segundo Lewis»; a terceira consiste numa «Lista das abreviaturas, e caracteres químicos».

O segundo tomo desta obra diz respeito aos «medicamentos simples, preparados e compostos», encontrando-se dividido em duas partes. Das 248 páginas que compõem este volume, a quase totalidade (231 páginas) é dedicada às matérias-primas necessárias à preparação dos medicamentos e, muito naturalmente, tem o título de «Materia Pharmaceutica, ou dos medicamentos simples». É uma espécie de dicionário das diversas drogas usadas na preparação medicamentosa, seriadas por ordem alfabética, independentemente da sua origem, tal como era tradição nas farmacopeias europeias daquela época.

No final do volume, entre as páginas 232 e 248, apresentam-se duas listas: a «Lista dos nomes mudados de algumas preparações, e composições, que vão descriptas nesta Pharmaceutica»; e a «Taboa das doses dos medicamentos preparados, e compostos para uso interno», ou seja, um conjunto de fórmulas consideradas, na época, de reconhecida eficácia terapêutica.

3. Nomes eventivos

O foco do nosso estudo são os nomes eventivos referenciados na *Pharmacopeia geral* de 1794. Nesta obra, a «Pharmacia» é entendida como um certo saber fazer, uma arte («Arte Pharmaceutica»). Por isso, ao referir-se às partes da Farmácia, o autor usa os termos relativos às principais operações ou procedimentos usados nesta arte. Para ele, «A Eleição pois, Collecção, ou Arrecadação, Preparação, e Composição dos medicamentos são as partes, em que se divide a Pharmacia» (p. 2)⁴.

Se a primeira parte do tomo I é importante, na medida em que nela se indicam as «Regras geraes relativas á collecção, e arrecadação dos Simples», para o objetivo do estudo a que nos propusemos, a parte mais interessante é a segunda, compreen-

dida entre as páginas 23 e 144, que é dedicada exclusivamente às «Preparações Pharmaceuticas». Ao longo de 12 capítulos, definem-se as várias operações mecânicas e químicas usadas na preparação dos medicamentos, sendo divididas da seguinte forma:

- I. Da *pulverização* e pós compostos medicinaes;
- II. Da *Espressão, çumos, e Oleos espremidos*;
- III. Da *Depuração, ou Purificação das substancias liquidas, e suas diferentes especies*;
- IV. Da *Evaporação, çumos espessos, ou condensados, e Polpas*;
- V. Da *Dissolução dos corpos por diversos menstros, e das operações a esta subsidiarias*;
- VI. Da *Crystallização, e dos Saes*;
- VII. Da *Precipitação*;
- VIII. Da *Extracção, e das diversas especies de extractos*;
- IX. Da *Destillação*;
- X. Da *Sublimação*;
- XI. Da *Calcinação*;
- XII. Da *Fusão, e Vitrificação*.

Ao longo do texto, os termos técnicos relativos à preparação dos fármacos são destacados graficamente de diversas formas, seja através do itálico (e.g. *Pulverização, Contusão, Porphyri-zação, Elutriação*, etc.), seja pela apresentação em maiúsculas, quando se trata de hipónimos de operações mais gerais. Por exemplo, a *Depuração* ou *Purificação* é subdividida em FILTRAÇÃO ou COADURA, DECANTAÇÃO, DESPUMAÇÃO, CLARIFICAÇÃO, DESTILLAÇÃO, CRYSTALLIZAÇÃO, LAVAÇÃO (pp. 39-43).

A par dos termos identificados e destacados como tecnicismos, encontram-se ao longo da obra muitos outros nomes eventivos de uso comum, como *adição, combinação, diminuição, fervura, lavagem, mistura, redução*, etc. (cf. ANEXO). Obviamente, para se referir às operações farmacêuticas e/ou para as definir, o autor recorre também a muitos verbos, alguns dos quais morfolexicalmente relacionados com os nomes sob escopo. Entre os verbos mais comuns contam-se *ajuntar, coar, cortar, cozer, derreter, dissolver, espremer, ferver, mecher, misturar, pizar, reduzir, seccar, separar, triturar, unir*.

3.1. Estrutura morfológica dos nomes que designam operações farmacológicas

A maioria dos nomes que designam operações envolvidas na preparação de medicamentos, independentemente de terem ou não o carácter de tecnicismo, pertence ao grupo dos derivados deverbais, construídos geralmente por intermédio de sufixos. Os operadores sufixais mais usados na *Pharmacopeia geral* de 1794 na construção de nomes eventivos são, por ordem decrescente, os seguintes:

Como se pode verificar, a maioria dos nomes que designam operações farmacológicas pertence ao conjunto dos deverbais sufixados com *-ção*. Os nomes derivados por intermédio de outros sufixos são quase residuais. Há ainda um conjunto de

QUADRO 1. Sufixos usados na construção de nomes eventivos

| Sufixo | N.º de palavras | Exemplos |
|--------|-----------------|--|
| -ção | 59 | <i>aplicação, arrecadação, atenuação, calcinação, circulação, clarificação, destillação, pulverização...</i> |
| -dura | 3 | <i>coadura, limadura, pizadura</i> ⁵ |
| -agem | 2 | <i>lavagem, passagem</i> |
| -mento | 1 | <i>cozimento</i> |
| -nça | 1 | <i>mudança</i> |

nomes eventivos simples do ponto de vista morfológico, alguns não derivados (e.g. *methodo, processo*), outros derivados sem recurso a operadores afixais (e.g. *aperto, mistura, perda, preparo, toque*), os quais, na recente literatura morfológica, são designados como «nomes deverbais conversos» (Rodrigues, 2015) ou «nomes deverbais não sufixados» (Rodrigues, 2016; Rio-Torto, 2018).

Se as bases dos nomes eventivos sufixados em *-dura, -agem, -mento* e *-nça* usados na *Pharmacopeia geral* são verbos simples (cf. *coar*: *coadura*; *lavar*: *lavagem*; *cozer*: *cozimento*; *mudar*: *mudança*), as bases dos nomes em *-ção* incluem verbos sufixados com *-ific-* (cf. *clarificar*: *clarificação*; *dulcificar*: *dulcificação*; *purificar*: *purificação*; *vitricar*: *vitricação*) e *-iz-* (cf. *crystallizar*: *crystallização*; *porphyrizar*: *porphyri-zação*; *pulverizar*: *pulverização*), e verbos prefixados com *a-, com-, de-, des-, di-, dis-, e(x)-, in-, re-, sub-* (cf. *atenuar*: *atenuação*; *compor*: *composição*; *decantar*: *decantação*; *depurar*: *depuração*; *detonar*: *detonação*; *despumar*: *despumação*; *dilatar*: *dilatação*; *distribuir*: *distribuição*; *evaporar*: *evaporação*; *exalar*: *exalação*; *exsiccicar*: *exsiccicação*; *inclinat*: *inclinação*; *incinerar*: *incineração*; *repartir*: *repartição*; *sublimar*: *sublimação*). Note-se ainda a existência do nome *torrefação* ('ação ou processo de torrar ou torrefazer'), construído em latim com base num verbo composto (*torreo + facio ~ere ~tum*).

Os nomes sufixados com *-ção, -mento, -dura* e *-nça* atestados na obra em análise são geralmente derivados de temas de verbos (TV) da 1.ª conjugação, havendo alguns das 2.ª e 3.ª conjugações (e.g. *cozer, fundir, diminuir*). Os sufixos *-ção* e *-mento* juntam-se a temas verbais do participio passado, enquanto *-dura* e *-nça* se juntam aos temas do presente, confirmando o que é descrito na *Gramática derivacional do português* (Rodrigues, 2016).

Os nomes sufixados com *-agem* diferem dos anteriores na medida em que tomam como forma derivante o radical de verbos (RV): cf. [*lav*]RV *agem*; [*pass*]RV *agem*⁷.

A par de nomes que se enquadram nos padrões genolexicais disponíveis na língua portuguesa, do *corpus* analisado fazem parte várias palavras de origem latina terminadas em *-ção* (e.g. *abstracção, acção, composição, corrupção, decomposição, disposição, dissolução, eleição, execução, extracção, interrupção, intervenção, invenção, redução, reposição, revolução, rotação, secreção, solução*), *-(s/ss/t)ão* (e.g. *aspersão, compressão, contusão, emulsão, espressão, fusão, impressão, infusão, diges-*

QUADRO 2. Nomes eventivos formados a partir de temas verbais

| Sufixo | Nome eventivo deverbal |
|--------|---|
| -ção | [calcina]TV ção [purifica]TV ção [diminui]TV ção [fundi]TV ção |
| -mento | [cozi]TV mento ⁶ |
| -dura | [coa]TV dura [lima]TV dura [piza]TV dura |
| -nça | [muda]TV nça |

tão) e -(t)ura (e.g. *abertura, factura*). Ainda que estes nomes tenham sido formados à luz de um padrão genolexical latino —a base destes nomes é o radical de uma forma participial latina (e.g. [composit]us, a, um «composto» > [composit]io, onis ‘composição, ação de compor’; [compress]us, a, um ‘comprimido, apertado’ > [compress]io, onis ‘compressão, ação de comprimir’)—, continuam a ser correlacionáveis em português com os respetivos verbos derivantes (cf. *compor*: *composição*; *dissolver*: *dissolução*; *reduzir*: *redução*) e mantêm a interpretação deverbal (cf. *composição*: ‘ação de compor’; *dissolução*: ‘ação de dissolver’; *redução*: ‘ação de reduzir’), o que lhes permite ser integrados, a par de nomes morfológicamente mais transparentes, como *decantação, destilação* ou *evaporação*, no paradigma dos nomes deverbais eventivos do português⁸.

3.2. Semantismo dos nomes: do evento ao produto

Os nomes que designam as diferentes operações mecânicas e químicas executadas na produção farmacêutica possuem como significação primeira a de evento, o qual pode ser concebido de diferentes formas tendo em conta o seu decurso, a sua efetivação e/ou a sua culminação. Designando um certo saber fazer, na definição dos termos sob escopo usam-se com regularidade as palavras «operação» (cf. 1 e 2) e «processo» (cf. 3), que funcionam como hiperónimos daqueles (sublinhado nosso).

- (1) «A *Pulverização* e huma operação verdadeiramente mechanica, pela qual diversas substancias se reduzem a particulas menores, que chamamos *Pó*» (p. 23).
- (2) «Se as hervas frescas se pizão, e os frutos, ou sementes, para que o seu çumo se possa facilmente obter por meio da compressão, chama-se a esta operação mechanica *Espressão*» (p. 31).
- (3) «[...] para obter o pó assim impalpavel usamos do processo, que chamão *Elutriação*» (p. 29).

Outra palavra que ocorre frequentemente é a palavra «methodo»⁹ (cf. 4). É usada para designar um certo modo de fazer, que muitas vezes corresponde a uma sequência de operações mecânicas e/ou químicas.

- (4) «Esta rectificação pratica-se de dous modos: ou 1.º mettendo o Oleo alterado n’hum retorta, e em moderado calor de banho de areia, fazendo-o destillar, em quanto o Oleo sahe transparente; pondo fim á destillação, logo que começa a sahir carregado na côr. Aproveita-se o primeiro, e rejeita-se o residuo na retorta. Ou 2.º os Oleos essenciaes antigos, e alterados, ou corruptos se ajuntão a nova destillação de semelhante substancia, da que havião sido tirados, e se destillão assim rectificados. Este segundo methodo he o que deve preferir» (p. 118).

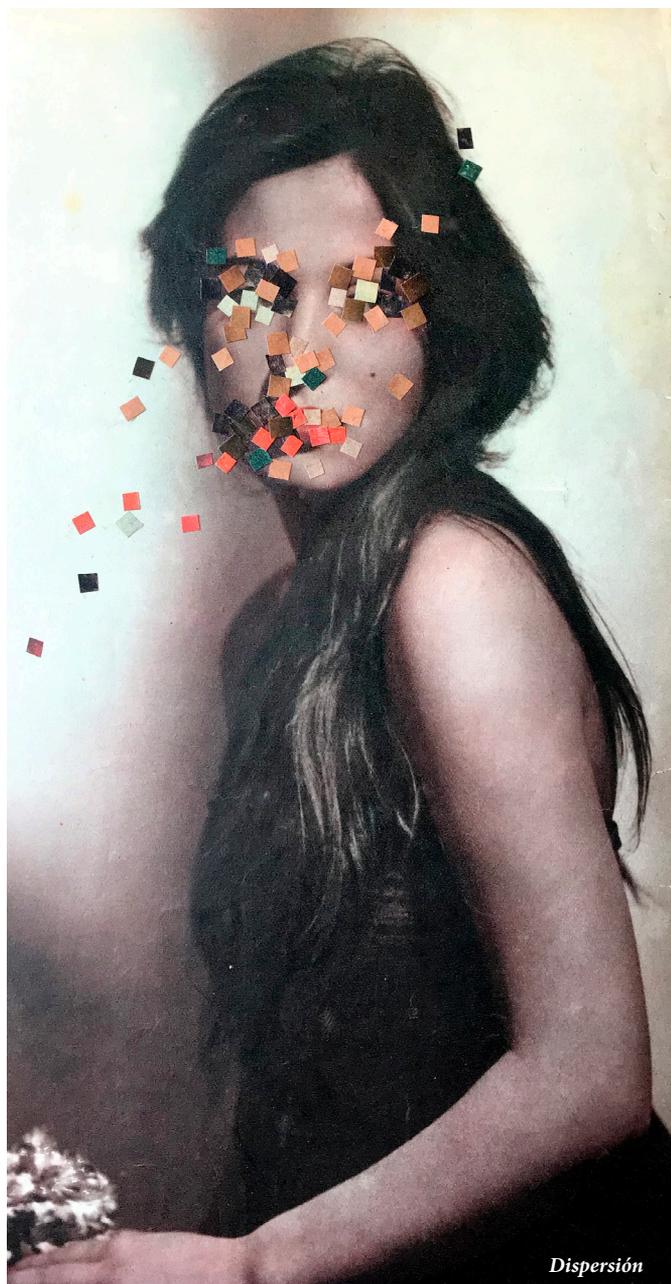
Tratando-se de nomes deverbais, os termos que designam operações farmacológicas apresentam geralmente estrutura argumental, que herdam dos verbos derivantes¹⁰. Todavia, em contraste com os verbos, os complementos selecionados por este tipo de nomes são introduzidos por preposições. No caso dos nomes derivados de verbos transitivos, o agente é geralmente expresso por um sintagma em *por*, enquanto o argumento tema é geralmente expresso por um genitivo em *de* (Brito, 2012). Compare-se, por exemplo, a realização sintática dos complementos do verbo *purificar* e do nome *purificação* dele derivado (cf. 5 e 6) (sublinhado nosso).

- (5) «A LAVAÇÃO serve para purificar as substancias solidas [...]» (p. 43).
- (6) «A DESTILLAÇÃO serve á purificação dos principios espirituosos dos vegetaes [...]» (p. 43).

Em (5), o verbo *purificar* seleciona um sintagma nominal (SN) como complemento. Já em (6), o nome *purificação* tem como complemento um sintagma preposicional (SP) constituído pela preposição *de* e pelo sintagma nominal *os principios espirituosos dos vegetaes*.

Não obstante possuírem a significação primeira de evento, alguns nomes apresentam paralelamente significações concretas de indivíduo (Rodrigues, 2015; 2016). De facto, alguns dos nomes que designam uma operação/processo de preparação são usados também para designar o preparado ou produto que se obtém por meio dessa operação. São exemplo disso os nomes *combinação* (cf. 7), *composição* (cf. 8), *cozimento* (cf. 9), *dissolução* (cf. 10), *mistura* (cf. 11) (sublinhado nosso).

- (7) a. «Dos Espiritos, e saes alcalinos volateis, e da combinação destes com os Espiritos inflamaveis [...]» (p. 122) (operação).
b. «[...] se a esta combinação feita tem de se ajuntar substancias espirituosas [...]» (p. 197) (produto).
- (8) a. «Da *Mistura*, ou Composição dos medicamentos» (p. 144) (operação).
b. «[...] a consistência da composição fique mais dura do que he dito [...]» (p. 200) (produto).
- (9) a. «Esta fervura, ou cozimento tem seus grãos, e seus sinaes [...]» (p. 152-153) (operação).



- b. «Não ter o Mel chegado a este ponto por meio do cozimento [...]» (p. 157) (operação).
- c. «O Xarope e hum medicamento fluido, que se faz dos çumos, infusões, ou cozimentos com assucar [...]» (p. 151) (produto).
- (10) a. «Tratamos da Dissolução superficial por meio de menstruos, isto he, por meio de liquidos taes, que applicados a substancias solidas, as desfaça todas, ou em parte [...]» (p. 46-47) (operação).
- b. «[...] a dissolução do sal filtrada se evapora, segundo as leis da evaporação, em vaso largo [...]» (p. 200) (produto).
- (11) a. «[...] sendo ela mais molle, e rala, se espesse mais pela mistura de nova quantidade de pós, ou cera.» (p. 200) (operação).

- b. «[...] tudo de maneira, que resulte huma mistura igual, de molleza untosa, e escorregadia [...]» (p. 195) (produto).
- c. «[...] evaporada a humidade, a mistura fica liquida [...]» (p. 207) (produto).

Como podemos ver nos exemplos apresentados em (7), (8), (9), (10) e (11), um mesmo nome verbal seguido do(s) seu(s) argumento(s) pode ter uma interpretação de evento (como operação farmacêutica) ou de indivíduo (como produto farmacêutico) de acordo com certos elementos co(n)textuais.

Curioso é o significado que tem nesta obra a palavra *collecção*. Se no português contemporâneo a palavra *coleção* designa geralmente um conjunto de objetos recolhidos e colecionados, na única ocorrência que tem na *Pharmacopeia geral* de 1794 é usada como sinónimo de *colheita*, tendo uma interpretação eventiva (cf. 12).

- (12) «*Regras geraes relativas á collecção, e á arrecadação dos Simples*» (p. 12).

Em alguns casos, os nomes designam exclusiva ou maioritariamente uma entidade concreta que se situa nos domínios denotacionais de produto ou substância, e que resulta da aplicação de uma ou mais operações mecânicas ou químicas. É o caso de termos como *confeição*, *conserva*, *elixir*, *emulsão*, *essencia*, *extracto*, *infusão* e *tintura*, como se pode verificar nos excertos que se seguem (sublinhado nosso)¹¹.

- (13) «Os Extractos liquidos são: 1.º as Infusões, 2.º os Cozimentos, 3.º as Tinturas, Essencias, e Elixires» (p. 59).
- (14) «Dá-se o nome de Emulsão áquella qualidade de medicamento liquido, oleoso-aquoso, côr de leite, feito de substancia pingue suspensa no menstruo aquoso por entremeio de uma mucilagem, ou de outra substancia capaz disso» (p. 160).
- (15) «A estes pós misturados por trituração se ajunte sufficiente quantidade de xarope, mel despumado, ou de alguma confeição, ou conserva molle [...]» (p. 181).

Note-se que o uso de diferentes operações morfológicas na construção dos termos dá forma, em alguns casos, à distinção entre o nome eventivo e o nome de produto formados a partir da mesma base lexical (cf. *conservação* (evento) vs. *conserva* (produto); *extracção* (evento) vs. *extracto* (produto)).

Nos nomes com significação de produto ou substância, não é focado o decurso do evento ao longo do eixo do tempo, mas a sua efetivação ou concretização. Para além disso, como nota Rodrigues (2015: 147), a ocorrência de estrutura argumental, típica nos nomes eventivos, está ausente da leitura de produto.

Resumindo, os termos farmacológicos analisados, não obstante denotarem prototipicamente eventos, podem cumulativamente designar os produtos resultantes desses eventos, sejam eles medicamentos ou elementos/substâncias que entram na

A publicação em 1794 da *Pharmacopeia geral para o reino, e domínios de Portugal*, a primeira farmacopeia oficial portuguesa, para além de dar resposta à preocupação do Estado em termos sanitários, veio normativizar a prática de boticários e médicos. Elaborada no seio da Universidade de Coimbra, esta obra é também um marco importante no domínio do ensino. Durante mais de quatro décadas, a obra de Francisco Tavares serviu de norma não apenas à produção medicamentosa e à prescrição médica, mas também ao ensino da Farmácia no reino de Portugal. Pese embora as críticas de que foi sendo alvo pela comunidade científica, o certo é que se manteve em vigor até 1835.

Esta obra, especialmente ao longo do primeiro tomo, apresenta-nos uma taxonomia de termos relativos às «operações pharmaceuticas» que passam, por decreto real, a servir de referência no domínio farmacológico. A maioria dos termos que designam estas operações mecânicas e químicas pertence à classe dos nomes deverbais, isto é, dos nomes formados a partir de verbos e com eles formal e semanticamente relacionados. Na maioria dos casos, trata-se de nomes sufixados com *-ção*, embora também existam alguns (poucos) formados com *-dura*, *-mento*, *-agem*, *-nça*, e outros não sufixados. Se a maioria dos nomes em causa manifesta padrões de formação ativos em português, existem alguns que, não obstante a similaridade das terminações, remetem para esquemas formativos próprios do latim.

As significações dos nomes analisados dispõem-se numa escala polissémica cujos extremos são o abstrato e o concreto. A significação primeira dos termos que designam as operações farmacêuticas é a de evento, todavia, por vezes, o nome com que se designa a operação farmacêutica também é tomado para designar o preparado ou produto que se obtém por meio dessa operação.

Notas

1. A história da farmacopeia portuguesa tem sido alvo da análise e reflexão de vários autores. Para uma análise mais circunstanciada deste assunto, ver Dias (1994), Pita (1999), Sousa Lobo (2012), Conceição *et al.* (2014).
2. Embora a obra não esteja assinada, Pita (1996: 531-544), após se debruçar sobre esta questão, conclui, sem qualquer dúvida, que é da autoria de Francisco Tavares.
3. Mesmo após a independência do Brasil em 1822, a *Pharmacopeia geral* (1794) e o *Código pharmaceutico lusitano* (1835) vigoraram como farmacopeias oficiais naquele território.
4. Dado que todos os exemplos e referências são retirados do tomo I da *Pharmacopeia geral* de 1794, a partir deste momento prescindiremos da referência à obra e ao tomo, e indicaremos apenas o número da página.
5. Existe ainda o caso de *ligadura* que é usado como nome concreto na expressão «ligadura de pano» (p. 63).
6. Em *cozimento*, a vogal *-i-* que antecede o sufixo *-mento* coincide com a vogal temática instanciada na forma de participio passado (*coz[i]do*) e não com a vogal temática presente na forma de infinitivo do verbo derivante (*coz[e]r*).

7. A existência em português de um nome como *moagem*, derivado de *moer*, um verbo de tema em *-e*, leva Rodrigues (2016: 182-184) a concluir que o sufixo tem a forma *-agem* e se liga ao radical dos verbos que toma como base.
8. Sobre o conceito de paradigma na morfologia derivacional, veja-se Rio-Torto (2014), Štekauer (2014), Hathout e Namer (2018).
9. São frequentes as referências ao «methodo de *Baumé*», praticado pelo farmacêutico francês Antoine Baumé (1728-1804), muito conhecido na época.
10. Sobre o conceito de herança aplicado à estrutura argumental das palavras derivadas, veja-se Booij (2000; 2017).
11. Para designar produto ou substância, usam-se ainda os seguintes nomes: *sabões*, *especies*, *xarope*, *mel* e *oxymel*, *electuários*, *pilulas*, *trociscos*, *cataplasmas*, *linimentos*, *unguentos*, *emplastos*.
12. Tanto Brito e Oliveira (1997) como Sleeman e Brito (2010) consideram que o resultado ou estado resultante de um processo é ainda a expressão de uma fase de uma qualquer eventualidade, distinta, portanto, de um objeto ou entidade. Dando seguimento a esta linha de investigação, Brito (2012: 35-36) apresenta uma análise detalhada das diversas situações possíveis entre nomes caracterizáveis como [+ processo] e [- resultado] e os nomes de objeto/entidade.
13. O autor grafa o termo *ebulição* em itálico, mas não o nome *fervura*, talvez devido ao caráter menos técnico deste.
14. Quer *ustão* quer *combustão* designam o ato ou efeito de queimar algumas substâncias, «que não se calcinão perfeitamente, mas que se querem reduzidas á maior fragilidade; conservando todavia a figura, e união de partes, bem que levissima» (p. 141). Nenhum destes termos é relacionável com um verbo em português, resultando antes da evolução das palavras latinas *ustio*, *-onis* e *combustio*, *-onis*, respetivamente.

Referências bibliográficas

- Booij, G. (2000): «Inheritance», em G. Booij, Ch. Lehmann e J. Mugdan (eds.): *Morphologie/ Morphology: An International Handbook on Inflection and Word-formation*, vol. 1. Berlin/New York: Walter de Gruyter, pp. 857-865.
- Booij, G. (2017): «Inheritance and motivation in Construction Morphology», em N. Gisborne e A. Hippisley (eds.): *Defects in Morphological Theory*. Oxford: Oxford University Press, pp. 18-39.
- Brito, A. e F. Oliveira (1997): «Nominalization, Aspect and Argument Structure», em G. Matos *et al.* (eds.): *Interfaces in Linguistic Theory*. Lisboa: Colibri / A. P. L., pp. 57-80.
- Conceição, J.; J. R. Pita, J. S. Lobo e M. Estanqueiro (2014): «As farmacopeias portuguesas e a saúde pública», *Acta Farmacêutica Portuguesa*, 3 (1): 43-58.
- Dias, J. P. S. (1994): *A Farmácia em Portugal. Uma Introdução à sua História 1338-1938*. Lisboa: Associação Nacional das Farmácias.
- Estatutos da Universidade de Coimbra* (1772): vol. 3. Coimbra: Universidade, 1972.

Farmacopeia portuguesa IV (1935): Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.

Farmacopeia portuguesa V (1986): Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Farmacopeia portuguesa VI (1997): Lisboa: Ministério da Saúde, Infarmed.

Farmacopeia portuguesa VII (2002): Lisboa: Ministério da Saúde, Infarmed.

Farmacopeia portuguesa VIII (2005): Lisboa: Ministério da Saúde, Infarmed.

Farmacopeia portuguesa 9 (2008): Lisboa: Ministério da Saúde, Infarmed.

Hathout, N. e F. Namer (2018): «Defining paradigms in word formation: concepts, data and experiments», *Lingue e linguaggio*, XVII (2): 151-154.

Lusitano, Z. (1649): *Operum tomus secundus* [...]. Lugduni: sumptibus Joannis Antonii Huguetan, filii, et Marcii Antonii Ravaud.

Paiva, M. J. H. (1785): *Farmacopèa lisbonense*. Lisboa: Officina de Filipe da Silva e Azevedo.

Pharmacopêa portugueza (1876): Lisboa: Imprensa Nacional.

Pharmacopeia geral para o reino e domínios de Portugal, publicada por ordem da rainha fidelíssima D. Maria I (1794), 2 tomos. Lisboa: Regia Officina Typografica.

Pinto, A. A. S. (1835): *Código pharmaceutico lusitano ou Tratado de pharmaconomia*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Pita, J. R. (1994): «The first official Portuguese pharmacopeia and the University statutes 1772», em *John Hyacinth de Magellan Conference - On physical sciences in the XVIII century*. Coimbra: Departamento de Física da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, pp. 199-205.

Pita, J. R. (1996): *Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836)*. Coimbra: Minerva.

Pita, J. R. (1999): «Um livro com 200 anos: A Farmacopeia Portuguesa (Edição oficial). A publicação da primeira farmacopeia oficial: Pharmacopeia Geral (1794)», *Revista de História das Ideias*, 20: 47-98.

Rio-Torto, G. (2014): «Gramática do Léxico. Partilha de recursos e de processos morfolexicais», em A. Moreno *et al.* (eds.): *Textos Seleccionados, XXIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto: APL, pp. 3-25.

Rio-Torto, G. (2018): «Nomes deverbais não sufixados e os equívocos da falsa “derivação regressiva” no português brasileiro e europeu», *Filologia e Linguística Portuguesa*, 20 (1): 31-46.

Rodrigues, A. S. (2015): *A gramática do léxico: morfologia derivacional e o léxico mental*. München: Lincom.

Rodrigues, A. S. (2016): «Nomes deverbais», em G. Rio-Torto *et al.*: *Gramática Derivacional do Português* (2.ª ed.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 176-240.

Sanches, F. (1636): *Opera medica. His juncti sunt Tractatus quidam philosophici non insubtiles*. Tolosae Tectosagum: Apud Petrum Bosc.

Sleeman, P. e A. M. Brito (2010): «Nominalization, event, aspect and argument structure: a syntactic approach», em M. Duguine, S. Huidobro e N. Madariaga (eds.): *Argument structure and syntactic relations: a cross-linguistic perspective*. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins, pp. 113-129.

Sousa Lobo, J. M. (2012): *The Portuguese Pharmacopoeia: Tradition, Use and Development*. Lisboa: Ministério da Saúde, Infarmed.

Štekauer, P. (2014): «Derivational paradigms», em R. Lieber e P. Štekauer (eds.): *The Oxford Handbook of Derivational Morphology*. Oxford: Oxford University Press, pp. 354-369.

Anexo: Nomes eventivos atestados na Pharmacopeia Geral de 1794

| I. Termos destacados graficamente como técnicos | | |
|--|---------------|----------------|
| Abstracção | Despumação | Incineracção |
| Arrecadação | Destillação | Lavação |
| Calcinação | Detonação | Maceração |
| Circulação | Digestão | Porphyriзация |
| Clarificação | Dissolução | Precipitação |
| Coadura | Dulcificação | Pulverização |
| Colheita | Ebulição | Purificação |
| Colleção | Eleição | Rectificação |
| Combustão | Elutriação | Reposição |
| Contusão | Espressão | Secreção |
| Cozimento | Evaporação | Sublimação |
| Crystallização | Extracção | Torrefacção |
| Decantação | Fervura | Trituracção |
| Decrepitação | Filtração | Ustão |
| Deflegmacção | Fundição | Vitrificacção |
| Depuracção | Fusão | |
| II. Termos graficamente não marcados como técnicos | | |
| Abertura | Diminuição | Limadura |
| Acção | Disposição | Mistura |
| Adição | Distribuição | Mudança |
| Adulteracção | Elevação | Observação |
| Agitação | Equivoacção | Operação |
| Alteracção | Execução | Passagem |
| Aperto | Exhalação | Perda |
| Applicação | Exsiccação | Perturbação |
| Aspersão | Factura | Pizadura |
| Atenuacção | Falsificacção | Preparação |
| Combinacção | Fermentação | Preparo |
| Composição | Formação | Recommendacção |
| Compressão | Frutificacção | Redução |
| Conservacção | Impressão | Repartição |
| Continuacção | Inclinação | Revolução |
| Corrupção | Interrupção | Rotação |
| Decomposição | Intervenção | Separação |
| Degeneracção | Invenção | Toque |
| Dilatação | Lavagem | União |